1875

Juizo Municipal

da Cidade de Sam Christovam

Classificação da causa de manutenção pertencente a Leonardo Carlos de Aguiar,

Escrivam

Joaquim da Silva Freitas

Livro [illegible] Municipal de [illegible]

[illegible]

[illegible] Senado Camara desta Cidade, que [illegible] [illegible] [illegible] de huma escrava crioula de nome Isabel com idade de [illegible] annos pouco mais ou menos, matriculada [illegible] [illegible] e carteira, e que para perfeita [illegible] [illegible] [illegible]

[illegible] para a Villa de [illegible]
[illegible] seguinte:

Marco e cia 18$ a [illegible] Segue para
avaliação; sendo isto [illegible] seguinte
[illegible] pelo Cor. Antonio
Vieira de Lindo Gerais
[illegible] avaliação.

Villa Rica 16 de 26bro de
1873 Navarro

16 de 26bro de 1875



Sello mandado [illegible] de Azevedo

Certifico que neste Cartorio de meu Cargo
tomou e assignou o Juramento
o Nomeado Avaliador da Causa de Bens ausentes
Jeronimo Antonio José de Miranda Mattos
por todo o Tempo da Inquisição e duração
do seu cargo. E para constar faço
o presente que assigno. Porto Alegre
16 de Outubro de 1875

Jeronimo José Teixeira

Termo de audiencia

Audiencia extraordinaria dada no dia dezesseis
de Outubro de mil oitocentos setenta e cinco
Juiz Navarro, Escrivão Mattos
Aberta a audiencia pelo Juiz Municipal, nella
compareceu o Nomeado Avaliador Jeronimo
Antonio José de Miranda Mattos e
Juramentado sobre os Santos Evangelhos
a este Nomeado Avaliador foi deferido
que por sua fé, e Juramento, que fez promette
fazer a Avaliação, e Partilha dos Bens
deixados pelo Finado Antonio José Teixeira
e para o referido foi deferido que fazendo
promette a Avaliação na conformidade
do Artigo 1031 do Regulamento

da Silveira de abaixo assinados que se houveram para tal ofício arbitrador na pessoa do Capitão José Pedro de Oliveira, afim de arbitrarem o valor da morada de casas de Joaquim Viola pertencente ao casal de Luiz Manoel Lemos. O que havendo feito o dito Juiz houve as mencionadas por boas, e por ella as aprovadas mandando que se jurem as ditas suas declarações para fiel desempenho, e bom uso das suas funções, e logo foi mandado vir o Escrivão Navarro Abreu do Juizo de Direito, nada mais consta do theor do mandado que fiz o aqui aluno tirado do seu proprio. Luiz Fortunato da Silva Lisboa o escrevi.

Certifico que nesta Cidade de Santa Maria estando em propria pessoa as testemunhas nomeadas Capitão José Antonio Manoel Pinto da Silveira e Capitão José Pedro de Oliveira por mim do Cartorio dado juramento de andadeira testemunha disseram cumpriram fielmente. Do referido é verdade

Vi e rubrico de que encarrego. Santa Cruz
Victoria 18 de Outubro de 1875

O Escrivão



Joaquim [illegible]

Juramento

Aos vinte dois dias do mez de Outubro de mil oitocentos setenta e cinco nesta Cidade de Santa Cruz estando em audiencia do Juri Municipal deste termo em sua casa de Audiencia o Capitão Manoel José Pereira Barreto Pedreira e ahi presente o Official de Justiça adiante nomeado abaixo assignado comigo Escrivão de seu cargo foi dito pelo dito Juiz perante as testemunhas abaixo assignadas que nomeava para Escrivão do Juri o Cidadão Manoel Lopes Ferreira e para Official de Justiça a José Pedro de Oliveira a quem deferio o juramento dos Santos Evangelhos em hum livro delles em que puzerão suas mãos direitas e lhes encarregou que bem e fielmente desempenhassem as Cargas de que ficão encarregados e assignarão com as testemunhas presentes Antonio Coelho de Aguiar que o escrevera tudo de que fiz este termo. Eu Escrivão o escrevi e assignei

Manoel José Pereira Barreto Pedreira
Manoel Lopes Ferreira
José Pedro de Oliveira
Antonio Coelho de Aguiar

Eu recebido por elle o dito juramento
assim o prometteo cumprir de
baixo de juramento que acabou
de prestar. Logo fiz vistas
mandei o dito juiz todo somente
como ninguem o assignado juiz, que
sumario vai escrevendo aquitu
do Doutor Luiz Joaquim Corrêa
Leitão escrevam que escrevi

Manuel de Mello Navarro
Agostinho José de Amorim
Manuel Bento da Silva
José Pedro [illegible]

Juntada

Aos dezenove dias do mez de Outubro de mil
oito Centos e dezanove, Eu o Escrivão abaixo
de nomeado fiz com effeito a presente juntada
o dito auto ao mandado
e inquirição de testemunhas por elle
mandado fazer pelo Doutor Luiz Joaquim Corrêa
Leitão e escrevi eu que escrevi

Mandado para ser
abaixo declarado

O Capitão Manuel José Ribeiro Ta-
vares, Juiz Municipal Supplente immediato
do Juiz Municipal e dos Orphãos deste
Termo de São Christovão e seu Termo etc.

Mando aos Louvados nomeados
Leopoldino José de Amorim e Manuel
Pinto de Siqueira, peritos nomeados
a Valor da herança Jacobina Criola,
fallecida de Sebastião Carlos de
Oliveira Conforme a Carta de Sen-
tença extrahida de Louvação, Partilha
de Inventario abaixo. O que cumpram
Sam Christovão 18 de Outubro de
1875. Eu Joaquim dos Santos Siqueira
o escrevi que assigno

Manuel José Ribeiro Tavares

e aos Avaliadores juramentados
abaixo assignados, deferido o
juramento que prestaram, e
tendo em presença a herança
descripta toda com boa fé
e verdade, e conhecimento

contribuinte contenciosa ingressa
diretoria regencia de saude publica
[illegible] e valor de seus
cargos de [illegible] 1:000$000 rs
[illegible] que [illegible] [illegible]
[illegible] [illegible] [illegible] [illegible]
[illegible] [illegible] [illegible] [illegible]
[illegible] [illegible]

Data

Aos vinte dous dias do mez de Outubro de mil oito centos e setenta e cinco nesta Cidade de Sam Thomé e Cartorio do Escrivão Manoel Joze Barbosa Navarro onde pedira o Capitão Manoel Joze Barbosa Navarro do que pedira a Autor foi este termo Eu Jeronimo da Silva Pereira o escrevi que assigno.

Vista

Hoje neste mesmo dia mez e anno Supra Sua Mercê o Juiz de Direito com mero e Subsidio Commercial e Cartorio foi este autos com Vista ao Administrador da Alfandega de Bemdas Joaquim Antonio Jose de Almeida Mattos. Do que pedira a Autor foi este termo Eu Jeronimo da Silva Pereira o escrevi que assigno.

Vista ao Administrador
da Alfandega de Bemdas
Joaquim Antonio Jose
de Almeida Mattos

Nada tendo a oppor a peticionaria avalia-o. São Thomé 20 de Outubro de 1875.

Antonio Jose de Mattos

Data

Dato

Aos vinte dois dias do mez de Outubro de mil oito centos e setenta e cinco nesta Cidade de Santa Thereza em meu cartorio me foram entregues estes autos por parte do Requerente o Alferes Bento Gomes de Medeiros e Albuquerque para continuar [illegible] e eu Escrivão o escrevi e assignei.

Diligencia

Logo no mesmo dia mez e anno supra, eu Escrivão fiz estes autos conclusos ao Juiz Municipal Supplente em exercicio. Do que para constar mandou o Capitão Manoel José Barbosa Navarro Augusto Pinheiro Costa este termo. Eu Joaquim [illegible] Escrivão o escrevi e assignei.

Diligencia

E, pois de [illegible] estes autos ao Requerente. Sala das audiencias do Juizo de Direito da Comarca. Alhadito 29 de Outubro de 1875. Navarro.

Dato

Acta

Aos Vinte nove dias do mez de Outubro de mil oito centos dezoito, estando reunidos na Casa da Camara Municipal em numero legal os Cidadãos Vereadores abaixo assignados, e Procurador do Concelho, pelas dez horas da manhã, para effeito de se proceder a Eleição de Juiz Ordinario, Vereadores, e Procurador do Concelho para o anno proximo futuro de mil oito centos dezenove, e sendo ahi presentes os Cidadãos Eleitores, que abaixo vão assignados, e tendo-se feito a chamada pela Ordenação, e achando-se presentes todos, se principiou a Eleição pela maneira seguinte

Elegeo em primeiro lugar o Cidadão Manoel Joze Nogueira Gomes Juiz de Fora, e Presidente da Camara, e Eleitores, e depois de ter feito o juramento dos Santos Evangelhos, em que poz a sua mão direita, debaixo de cargo do mesmo juramento, que bem, e fielmente, sem odio, nem affeição, votasse nos Cidadãos, que lhe parecessem mais proprios para os Empregos, que se tratavão de eleger, e depois de ter feito o mesmo juramento o Cidadão Francisco Joze Martins Pinto Juiz Ordinario, e Presidente da Camara, e Eleitores, e depois de ter feito o mesmo juramento o Cidadão Joze Antonio Gomes de Carvalho, Vereador

uma junta na ordem estabelecida na Lei, a verifique e faça contas devidamente si a escrava, de que trata este processo, está classificada em numero que comporte a quota do fundo da emancipação, na forma do artigo 41 do Regulamento de 15 de novembro de 1872, sob numero 5735: o artigo 37 e seguintes do Regulamento citado claramente mostram que o processo da arbitramento, para a alforria pelo fundo de emancipação, só deve ter lugar a respeito das escravas classificadas na ordem legal, que possam ser libertadas pela importancia da quota destinada aquelle fim; e as pessoas estabelecidas no paragrapho unico do artigo 43 do mesmo Regulamento, á inversão da ordem das classificações deveriam ter conveniente intimação para que fizessem do respeito com que forão cercada a observancia da ordem da classificação, afim de não autorisar arbitramentos inuteis, que, sobre onus

Fiz o declinha lugar - Pena, Jor

rarem o fundo da emancipação com o dispendio de custas existentes, tem sido occasião á ser re-pellida a escravidão com os inconvenientes resultantes de sobre-salto aos seus naturaes donos da alforria. No caso, porem, de que a escrava, de que trata este processo, esteja, na classificação, em numero que possa ser liberta pela importancia do fundo de emancipação, cumpre que o juiz á quó observe o disposto no artigo 38 do Regulamento tantas vezes citado; e, taes faltas, estas disposições fazer volver este auto a este juizo. S. Christovão, 8 de novembro 1875.

Bueno, juiz.

Data

Aos trez dias do mez de Novembro de mil oito centos setenta e cinco nesta Cidade de São Christovam em meu escriptorio me foram entregues estes autos por parte do Illustrissimo

Do Illustrissimo Senhor José de Queiroz
entrego a Commissão de Fazenda
José Martins Pinto de Miranda. Paço
para Commissão deste termo. Rio
Janeiro dezoito de Setembro de mil oitocentos
quarenta e dois.

Aos quinze dias do mez de Outubro de
mil oitocentos quarenta e dois nesta Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro
no Cartorio do Paço deste Concelho
onde se achava o Doutor Manoel José
Pereira Pinheiro Deputado Secretario
Commissão deste termo. Eu Escrivão o
Subscrevi.

Termo

E determinando o Aviso do Ministerio da
Agricultura de 13 de Abril do anno passado
§. 1º. arbitramento de escravos §. 2º. os
quaes devem ser
avaliados pelos Fundos da emancipação
Sendo Juiz de Direito desde aquella data
como acto complementar da classifi-
cação e despacho: não obstante a inca-
pacidade verificando a questão
§. 3º. cada um dos municipios entendi
accordo com o arbitramento do citado
Aviso facultar os arbitramentos requeridos
tanto mais §. 4º. estando a escrava Izabel
classificada sob os §. 2º. da 1ª. Classe dos indi-
viduos §. 5º. que devem ser alforriados pelo respe-
ctivo fundo é §. 6º. presumivel §. 7º. que
seja comprehendida entre os habilitados

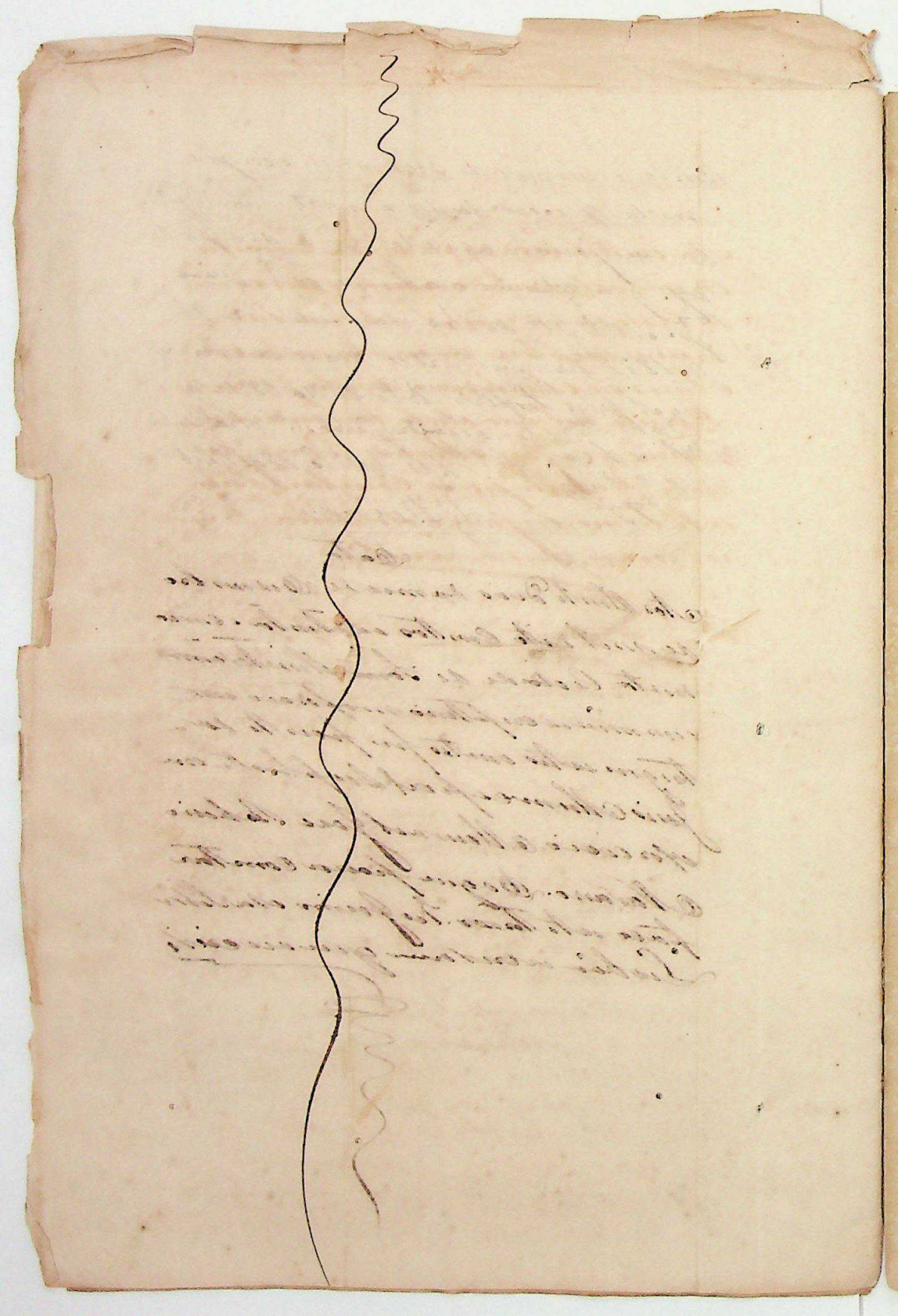
Visto o numero de Ordem que occupa
na classificação dos escravos deste municipio.
Em cumprimento aquella parte do despacho
de f. que chama a attenção do suplicante
p. o art. 50 do Regulamento de 13 de Abril
de 1872 no mio curador da escrava Isabel
ao Alferes Porfirio Roberto da Costa que
de p. de prestar o devido juramento dirá sobre
dito arbitramento. S. Amaro 18 de Dezembro
1875

M.el P.el Vasconcellos

Auto

Aos Vinte Dois dias do mez de Dezembro
de mil oito centos oitenta e cinco
nesta Cidade de São Christovam
em minha escriptorio me foi
feito entrega pelo suplicante
Juiz Municipal Supplente em
exercicio Manoel José Rabello
Navarro. Do que para constar
faço este termo. Eu Jozino da Silva
Escrivão o escrevy e assigno

[signature]



Ilgmo.

Aos Vinte tres dias do mez de Dezembro de mil oitocentos cincoenta e oito nesta Cidade de São Sebastião e nas casas de residencia de mim Escrivão e das testemunhas abaixo nomeadas e no fim assignadas compareceo o Illustrissimo Senhor Doutor Antonio Pinto Chichorro da Gama Juiz de Direito interino desta Comarca e Francisco José Martins Pinto Superior da Ilha grande Comigo Escrivão de seu cargo. E logo o dito Senhor Juiz me ordenou que autuasse o que fiz. E

Ilgmo